Docusign Envelope ID: BD6C40E2-7104-4C40-ADA8-6618CAAEE2EA

EIXO [SP]

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2024

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais - R$ mil, exceto lucro por ação)

É com grande satisfação que a Administração da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no exercício de 2024.
As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações financeiras revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

CONTEXTO OPERACIONAL RELACIONADOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO E CORONAVÍRUS

Compensação Financeira

Em 5 de maio de 2023 a Companhia recebeu do poder concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R$248.034 para recuperação do pavimento das rodovias SP225 e SP310 (sistema remanescente) e o saldo será realizado mediante desembolso de caixa, não há impactos no resultado decorrente desta operação. No ano de 2024, a Companhia já havia consumido o montante de R$242.906 da importância recebida de forma antecipada, restando o saldo remanescente de R$5.128.

Reequilíbrio Cautelar

A Companhia recebeu, de forma cautelar, no dia 03 de junho de 2024 a importância de R$ 164.533 referente à 80% do reequilíbrio contratual referente às perdas de receita de pedágio pelos fatores da pandemia COVID e está aguardando os cálculos definitivos do desequilíbrio para correta alocação da importância recebida.

DESEMPENHO OPERACIONAL

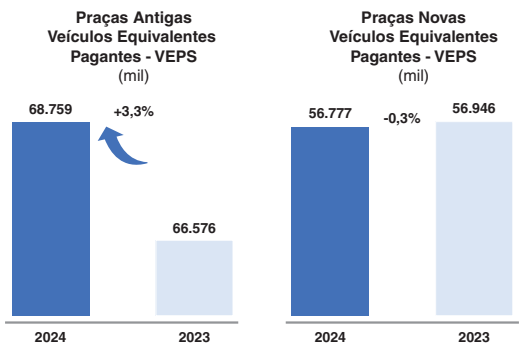
Resultado Operacional

Desempenho Operacional (Mil), exceto Tarifa Média	2024		2023		Δ	
	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas
VEPs[1]	**68.760**	**56.777**	**66.576**	**56.946**	**3%**	**0%**
Veículos Leves	22.779	27.836	22.622	27.678	1%	1%
Veículos Pesados	45.981	28.941	43.954	29.268	5%	-1%
Tráfego[2]	**33.565**	**36.156**	**33.361**	**36.383**	**1%**	**-1%**
Veículos Leves	23.005	28.353	22.939	28.360	0%	0%
Veículos Pesados	10.302	7.323	10.197	7.553	1%	-3%
Veículos Isentos	258	480	225	470	14%	2%
Tarifa Média (R$)	6,61	5,67	8,71	7,46	6%	-24%

Variação no Transporte de Veículos Dessazonalizado [1,2]	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no Ano (Jan-Dez/24 sobre Jan-Dez/23): Brasil	2,7%	4,4%	3,1%

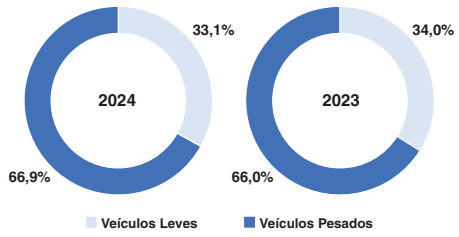
[1] Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers.
[2] Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em http://www.abcr.org.br

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil), para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 3,1% no fluxo total de veículos no ano de 2024, comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para o aumento de 2,7% em veículos leves, impactados pelos efeitos da retomada do tráfego anteriormente reduzido pelo COVID-19.

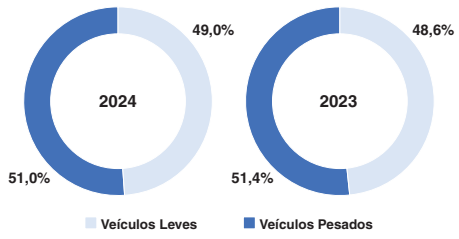


No exercício de 2024, as praças de pedágio da EIXO registraram 125,5 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 1,6% na comparação com o mesmo período de 2023.
A performance de veículos pesados no exercício de 2024, representa cerca de 59,7% do tráfego total[1] (59,3% do tráfego em 2023) e apresentaram um aumento de 2,3% no período comparativo. Em veículos leves houve um aumento de 0,6% no mesmo período comparado a 2023.

Veículos Leves e Veículos Pesados - Praças Antigas



Veículos Leves e Veículos Pesados - Praças Novas



Os quadros acima referidos não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.
Tráfego em Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita Operacional

Receita Operacional (R$ Mil)	2024	2023	Δ
Receita Bruta	**1.471.388**	**1.468.252**	**0%**
Receita com Pedágio	1.044.239	997.181	5%
Receitas Acessórias	4.662	4.638	1%
Receita de Construção (IFRS)	422.487	466.433	-9%
Receita Bruta Ajustada[1]	**1.048.901**	**1.001.819**	**5%**
Deduções da Receita Bruta	(91.744)	(86.153)	6%
Receita Líquida Ajustada[1]	**957.157**	**915.666**	**5%**

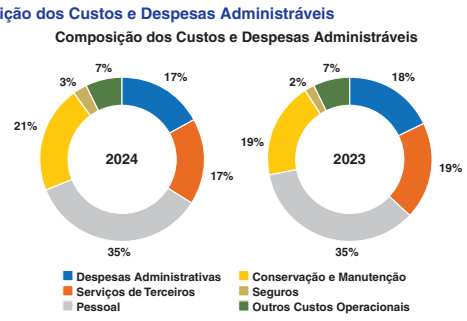
[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

Custos e Despesas

Custos e Despesas (R$ Mil)	2024	2023	Δ
Pessoal	(96.688)	(86.279)	12%
Conservação e Manutenção	(59.725)	(46.846)	27%
Serviços de Terceiros	(47.803)	(47.425)	1%
Seguros	(7.177)	(6.234)	15%
Outros Custos Operacionais	(20.597)	(17.204)	20%
Despesas Administrativas	(46.798)	(44.396)	5%
Custos e Despesas Administráveis	**(278.788)**	**(248.384)**	**12%**
Ônus de Fiscalização e Variável	(89.490)	(84.694)	6%
Depreciação e Amortização	(183.553)	(171.560)	7%
Provisão para Contingências	(13.359)	(5.982)	123%
Custos e Despesas Operacionais Ajustados[1]	**(565.190)**	**(510.620)**	**11%**
Custo de Construção (IFRS)	(422.487)	(466.433)	-9%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(120.573)	(100.849)	20%
Custos e Despesas Operacionais	**(1.108.250)**	**(1.077.902)**	**3%**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

Composição dos Custos e Despesas Administráveis



Os Custos e Despesas Administráveis estão abaixo do budget da EIXO.

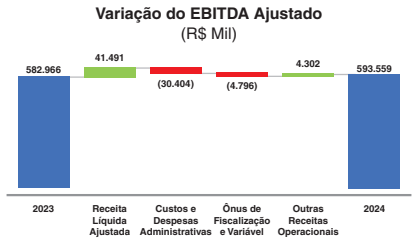
EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA E Margem EBITDA (R$ Mil)	2024	2023	Δ
Lucro Líquido	**41.460**	**83.041**	**-50,1%**
Resultado Financeiro Líquido	214.327	177.723	20,6%
IRPJ & CSLL	20.287	43.811	-53,7%
Depreciação & Amortização	183.553	171.560	7,0%
EBITDA RCVM 156/22	**459.627**	**476.135**	**-3,5%**
Margem EBITDA	**33,31%**	**34,50%**	**-1,2p.p.**
Receita de Construção	(422.487)	(466.433)	**-9,4%**
Custo de Construção	422.487	466.433	**-9,4%**
Provisão de Manutenção	120.573	100.849	19,6%
Provisão para Contingências	13.359	5.982	123,3%
EBITDA Ajustado[1]	**593.559**	**582.966**	**1,8%**
Margem EBITDA Ajustado[1]	**62,0%**	**63,7%**	**-1,7p.p.**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

O EBITDA Ajustado totalizou R$ 593,5 milhões no exercício de 2024, um aumento de 1,8% em relação ao mesmo período de 2023, a Margem EBITDA Ajustada diminuiu 1,7 pontos percentuais ("p.p."). O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixa (i) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25 e IAS 12 e (ii) receita e custo de construção e (ii) provisão para contingências.

Variação do EBITDA Ajustado
(R$ Mil)



RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R$ Mil)	2024	2023	Δ
Resultado Financeiro	**(214.327)**	**(177.723)**	**20,6%**
Receitas Financeiras	**57.281**	**75.428**	**-24,1%**
Provisão para manutenção - AVP	310	3.253	-90,5%
Receita de aplicações financeiras	56.081	70.628	-20,6%
Outros	890	1.547	-42,5%
Despesas Financeiras	**(271.608)**	**(253.151)**	**7,3%**
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(211.058)	(180.174)	17,1%
Provisão para manutenção - AVP	(15.874)	(10.709)	48,2%
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(1.181)	(19.237)	-93,9%
Despesas bancárias	(31.106)	(36.254)	-14,2%
Outros	(12.389)	(6.777)	82,8%

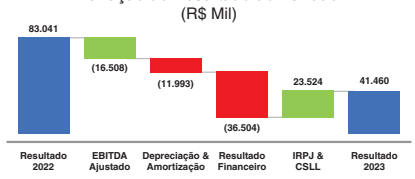
Inflação e Juros	2024	2023	Δ
IPCA Últimos 12 Meses	4,83%	4,62%	0,2p.p.
CDI Final do Período	12,15%	11,65%	0,5p.p.
TJLP Média Últimos 12 meses	6,89%	7,05%	-0,2p.p.

https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas
http://estatisticas.cetip.com.br
https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado do Exercício (R$ Mil)	2024	2023	Δ
Lucro do Exercício	41.460	83.041	-50%

Variação do Resultado do Período
(R$ Mil)



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R$ Mil) [1]	2024	2023	Δ
Dívida Bruta	**2.241.481**	**2.107.895**	6%
Curto Prazo	**47.258**	**2.880**	**1541%**
Empréstimos e Financiamentos	34.515	2.158	1499%
Debêntures	12.743	722	1665%
Longo Prazo	**2.194.223**	**2.105.015**	**4%**
Empréstimos e Financiamentos	1.075.869	1.057.289	2%
Debêntures	1.118.354	1.047.726	7%
Disponibilidades	**459.147**	**605.559**	**-24%**
Caixa e Equivalente de Caixa	413.015	562.216	-27%
Aplicações Financeiras Vinculadas	46.132	43.343	6%
Dívida Líquida Ajustada	**1.782.334**	**1.502.336**	**19%**

[1] A dívida é definida por empréstimos/financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação).

O financiamento obtido junto ao BNDES (linhas FINEM e Debêntures) estão indexados pelo IPCA e as Aplicações Financeiras Vinculadas são destinadas exclusivamente para a amortização deste financiamento.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R$ Mil)	2024	2023	Δ
Investimento Total	**3.395.659**	**3.035.567**	**12%**
Imobilizado	79.145	77.195	3%
Intangível	**3.316.514**	**2.958.372**	**12%**
Direito de Concessão (Investimento)	3.301.926	2.948.158	12%
Direito de Uso	14.588	10.214	43%

Os investimentos realizados em 2024 estão representados principalmente pela implantação de duplicação de pistas e vias marginais, bem como melhorias que visam reestabelecer as condições estruturais da rodovia como sinalização, drenagem e terraplenos, além de edificação de SAU's, acostamentos, parada de carga excepcional, conservação de obra de arte especial e recapeamento, equipamentos de monitoração de tráfego, rede Wi-Fi, entre outros equipamentos de tecnologia, PGF's, parada de ônibus, entre outros.

ACOMPANHAMENTO CONTRATO DE FINANCIAMENTO - BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:
- Subcréditos "A", "B", "C" e "D": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito "E": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:
- Subcréditos "A" e "B": até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R$1.300.000.
- Subcrédito "C": até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R$1.100.000.
- Subcréditos "D" e "E": até 22 de junho de 2029, cujo montante do crédito é de R$600.000.

O contrato de financiamento prevê que para a conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion do subcrédito) a EIXO SP deve, dentre outras obrigações ter apurado (i) EBITDA Ajustado em 31/12/2022 de no mínimo R$435.000 e (ii) soma dos EBITDAS Ajustados desde o início de sua operação até a data de apuração somado aos valores de capital social integralizado de no mínimo R$1.770.000, ambos valores na data-base de 31 de dezembro de 2020.
A Companhia atendeu as obrigações pactuadas com o BNDES para obtenção da conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion dos subcréditos A e B)
A Companhia demonstra abaixo a evolução dos indicadores do contrato de financiamento, cuja próxima mensuração se dará até dezembro de 2025:

Data Apuração	31/12/2024		31/12/2023	
EBITDA E Margem EBITDA (R$ Mil)	EBITDA 12 Meses	EBITDA Acumulado	EBITDA 12 Meses	EBITDA Acumulado
Lucro Líquido	41.460	209.931	83.041	168.471
Resultado Financeiro Líquido	214.327	702.636	177.723	488.309
IRPJ & CSLL	20.287	108.549	43.811	88.262
Depreciação & Amortização	183.553	626.202	171.560	442.649
EBITDA ICVM 527	**459.627**	**1.647.318**	**476.135**	**1.187.691**
Receita de Construção (IFRS)	(422.487)	(2.430.208)	(466.433)	(2.007.721)
Custo de Construção (IFRS)	422.487	2.430.208	466.433	2.007.721
Apropriação Despesas Antecipadas	(290)	(4.347)	(974)	(4.057)
Demais Custos e Despesas sem Efeito Caixa [1]	(7.608)	23.836	14.576	31.444
Provisão de Manutenção (IFRS)	120.573	386.532	100.849	265.959
Provisão para Contingências	13.359	26.761	5.982	13.402
EBITDA Ajustado[2]	**585.661**	**2.080.100**	**596.568**	**1.494.439**
Ebitda ajustado (na data-base de 31/12/2020)	**468.117**	**1.784.336**	**497.593**	**1.316.219**
Capital Social Integralizado (na data-base de 31/12/2020)	**-**	**969.204**	**-**	**969.204**
Total	**468.117**	**2.753.540**	**497.593**	**2.285.423**

[1] Desconsidera os impactos da Folha de Pagamentos (provisão de férias, 13º salário, PLR, encargos) e provisão de fornecedores.
[2] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção, à Provisão para Manutenção, aos efeitos das despesas antecipadas e dos demais custos e despesas sem efeito caixa.

SOBRE A COMPANHIA

A Eixo

A EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A., localizada na Rua Passeio das Castanheiras, 480 – Parque Faber - São Carlos/SP, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. – IBH IX, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social único e exclusivo da exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo e de acordo com as decisões tomadas em função das orientações recebidas do acionista controlador.
A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos. As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER – Departamento de Estradas de Rodagem – formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.
O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.
O contrato de concessão firmado com o governo paulista prevê investimento de R$14,1 bilhões ao longo dos 30 anos (base junho/2020). Serão alocados R$8 bilhões para obras de ampliação e melhoramentos, R$4,6 bilhões na restauração de rodovias, R$500 milhões de investimentos socioambientais, e mais R$1,1 bilhões em equipamentos e sistemas para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, que prevê monitoramento por câmeras inteligentes em 100% malha viária, e disponibilização de rede de dados sem fio (WI-FI) que vai permitir aos usuários a conexão em todo o trecho concedido, com informações em tempo real.
Os planos em curso visam atender ao contido no contrato de concessão e seus anexos, de acordo com o plano de investimentos e EVTE publicados no processo licitatório de Concorrência Internacional 01/2019.
O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com veículos operacionais.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2024: (i) auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS); e (ii) revisão das informações financeiras trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital.
A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.
As informações no relatório de desempenho operacional que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das informações financeiras trimestrais, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

Considerações Finais

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.
Declaração da Diretoria (Instrução CVM 80)
Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI, Artigo 27, da Instrução CVM nº 80/22, pelo presente instrumento, os diretores da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. (Companhia) abaixo designados declaram que:
a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Sergio Ray Santillan
Diretor Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Administrativo e Financeiro

continua...

DocuSigned by
Estadao
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 13/03/2025 | 01:27:11 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: BD6C40E2-7104-4C40-ADA8-6618CAAEE2EA

EIXO [SP]

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2024

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	413.015	562.216
Aplicações financeiras vinculadas	4	20.210	18.534
Contas a receber	5	64.186	61.983
Estoques	6	5.261	5.735
Adiantamento a Fornecedores		2.961	2.229
Despesas Antecipadas		4.347	4.057
Impostos a recuperar		4.997	6.361
Outros ativos		226	273
Partes relacionadas	18	1.006	541
Total do ativo circulante		516.209	661.929
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	4	25.922	24.809
Impostos diferidos	7	62.014	65.363
Depósitos judiciais	8	24.706	19.106
Outras Contas a receber		-	2.504
Imobilizado	9	79.145	77.195
Intangível	10	3.301.926	2.948.158
Direito de uso	11	14.588	10.214
Total do ativo não circulante		3.508.301	3.147.349
TOTAL DO ATIVO		4.024.510	3.809.278

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	12	89.292	87.713
Empréstimos e financiamentos	13	33.705	2.158
Debêntures	14	12.372	722
Credor pela concessão	15	248.479	190.803
Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	16	21.297	22.293
Impostos, taxas e contribuições	17	13.593	27.862
Adiantamento de clientes		2.418	2.312
Seguros e garantias		603	225
Passivo de arrendamento	19	5.856	5.436
Partes relacionadas	18	1.037	2.154
Provisão para manutenção	20	117.766	139.515
Outras contas a pagar		365	368
Total do passivo circulante		546.783	481.561
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	13	1.060.134	1.039.936
Debêntures	14	413.863	405.075
Debêntures - Partes Relacionadas	14	700.408	637.825
Passivo de arrendamento	19	9.366	4.189
Provisão para riscos processuais	21	30.462	14.882
Provisão para manutenção	20	83.706	87.482
Dividendos	22.b	1.994	1.600
Total do passivo não circulante		2.299.933	2.190.989
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	22	969.857	969.857
Reserva Legal	22.c	10.497	8.424
Reserva de lucros	22cd	197.440	158.447
Total do patrimônio líquido		1.177.794	1.136.728
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.024.510	3.809.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social		Lucros	Reservas		
	Subscrito	A integralizar	acumulados	Legal	Lucros	Total
SALDO EM 31/12/2022	1.400.000	(430.143)	-	4.272	80.347	1.054.476
Lucro do exercício	-	-	83.041	-	-	83.041
Destinação do resultado do período	-	-	(82.252)	4.152	78.100	-
Dividendos obrigatório (R$ 0,001 por ação)	-	-	(789)	-	-	(789)
SALDO EM 31/12/2023	1.400.000	(430.143)	-	8.424	158.447	1.136.728
Lucro do exercício	-	-	41.460	-	-	41.460
Destinação do resultado do período	-	-	(41.066)	2.073	38.993	-
Dividendos obrigatório (R$ 0,001 por ação)	-	-	(394)	-	-	(394)
SALDO EM 31/12/2024	1.400.000	(430.143)	-	10.497	197.440	1.177.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Nota explicativa	01/01/2024 até 31/12/2024	01/01/2023 até 31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		41.460	83.041
Ajustes:			
Depreciações e amortizações	24	183.553	171.560
Baixa do imobilizado e intangível		(3.380)	-
Juros incorridos sobre arrendamento	25	1.577	464
Impostos diferidos	7	3.349	(27.290)
Provisão para riscos	21	15.580	5.824
Provisão para manutenção	20	136.138	49.912
Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	25	108.040	101.338
Juros e apropriação de custo sobre debêntures	25	104.199	98.073
		590.516	482.922
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber	5	(2.203)	(3.942)
Estoques	6	474	(1.288)
Impostos a recuperar		1.364	(3.895)
Adiantamento a fornecedores		(732)	251
Despesas antecipadas		(290)	(974)
Outros ativos		(3.049)	(20.682)
Fornecedores		3.900	10.275
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		(996)	8.811
Credor pela concessão		57.676	157.801
Impostos, taxas e contribuições		1.110	63.578
Contas com partes relacionadas		(1.582)	514
Outras contas a pagar		482	(94)
Consumo de provisão para manutenção		(161.663)	-
IRPJ e CSLL pagos no período		(15.379)	(48.240)
Amortização de juros empréstimos e financiamentos	13	(56.294)	(46.819)
Amortização de juros debêntures	14	(21.179)	(20.203)
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	19	(1.577)	(464)
		(199.938)	94.629
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		390.578	577.551
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	9 e 30	(13.724)	(26.882)
Aquisições de intangível	10 e 30	(519.603)	(483.013)
Aplicações financeiras vinculadas	4	(2.789)	(10.794)
Recursos provenientes da alienação de imobilizado e intangível	18	4.033	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(532.083)	(520.689)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos e financiamentos	13	-	300.000
Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	19	(7.696)	(7.198)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) pelas atividades de financiamento		(7.696)	292.802
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(149.201)	349.664
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		562.216	212.552
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		413.015	562.216
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(149.201)	349.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	Nota explicativa	01/01/2024 até 31/12/2024	01/01/2023 até 31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	23	1.379.644	1.382.099
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	24	(1.045.877)	(1.024.965)
LUCRO BRUTO		333.767	357.134
Despesa administrativas	24	(62.373)	(52.937)
Outras receitas operacionais, liquidas		4.680	378
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		276.074	304.575
Receitas financeiras	25	57.281	75.428
Despesas financeiras	25	(271.608)	(253.151)
Resultado Financeiro		(214.327)	(177.723)
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		61.747	126.852
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(16.938)	(71.101)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(3.349)	27.290
LUCRO DO EXERCÍCIO		41.460	83.041
Lucro por ação - básico	26	0,043	0,086
Lucro por ação - diluído	26	0,040	0,080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

	01/01/2024 até 31/12/2024	01/01/2023 até 31/12/2023
LUCRO DO EXERCÍCIO	41.460	83.041
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	41.460	83.041

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
RECEITAS			
Com arrecadação de pedágio e acessórias	23	1.048.901	1.001.819
Com construção	23	422.487	466.433
Outras receitas		4.680	378
		1.476.068	1.468.630
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo e Despesa operacionais	24	(617.391)	(621.262)
Serviços terceiros, seguros e outros	24	(95.475)	(87.472)
Poder concedente	24	(89.490)	(84.694)
Valor adicionado (consumido) bruto		673.712	675.202
RETENÇÕES			
Depreciações e amortizações	24	(183.553)	(171.560)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		490.159	503.642
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	26	57.281	75.428
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		547.440	579.070
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Proventos		73.862	63.628
Benefícios		18.861	22.184
Encargos sociais e trabalhistas		23.472	19.782
Outros encargos		4.117	3.289
	24	120.312	108.883
Remuneração de capitais a terceiros:			
Juros sobre empréstimo/debênture	25	211.057	180.174
Despesas financeiras	25	60.551	72.977
Aluguéis	24	2.029	4.031
		273.637	257.182
Governo:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	16.938	71.101
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	3.349	(27.290)
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)	23	53.192	49.584
Programa de Integração Social (PIS)	23	6.865	6.512
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	23	31.687	30.057
		112.031	129.964
Atribuído aos acionistas:			
Lucro líquido do exercício		41.460	83.041
VALOR CONSUMIDO		547.440	579.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de janeiro de 2020, tem por objeto único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público, de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, sendo a sede da Companhia localizada na Rua Passeio das Castanheiras, 480 - Parque Faber - São Carlos - SP. A Companhia tem como única acionista e controladora a Infraestrutura Brasil Holding IX S.A., que por sua vez tem como controladores em conjunto o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("GIC Group"). O Contrato de Concessão possui prazo de 30 anos, com início em junho de 2020, para a exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama. O Contrato de Concessão envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho. Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar: • A outorga fixa no valor de R$1.136.335, a qual foi paga em 1 parcela, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível. • O contrato prevê pagamento de ônus de fiscalização (1,5% sobre a receita bruta) desde o início da cobrança do pedágio, e outorga variável (7% sobre a receita bruta), esta última iniciada a partir do 13º mês contado da assinatura do termo de transferência inicial. A receita bruta é composta pela receita tarifária bruta, adicionada à receita acessória bruta. • Compromissos futuros: o contrato de concessão da Companhia prevê investimento de aproximadamente R$11,4 bilhões para o período remanescente da concessão, devendo ser alocados para obras de ampliação e manutenção do trecho concedido. A data de início da operação ocorreu em 4 de junho de 2020, formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data. Adicionalmente, o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 535 quilômetros de faixas rodoviárias entres os Municípios de Marília e Panorama, Parapuã e Martinópolis, Martinópolis e Assis, e entre Piracicaba e Jahu. Além disso, haverá construção de vias marginais, construção de faixas adicionais, dispositivos de acesso retorno, ciclovias, áreas de descanso para caminhoneiros e os investimentos em 32 bases do Serviço de Atendimento aos Usuários - SAU. Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Os gastos para aquisição de bens reversíveis, decorrentes das obrigações assumidas no contrato de concessão, são classificados inicialmente como ativo intangível, pois refere-se ao direito da Companhia de cobrar dos usuários pelos serviços prestados. As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER - Departamento de Estradas de Rodagem - formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente. O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul. O contrato de concessão estabelece que as tarifas de cada praça de pedágio serão definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica para cada trecho de pista simples ou dupla, cada uma com o seu valor já determinado e corrigido anualmente pelo IPCA.

2. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As práticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia. 2.2. Bases de apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R$, que é a moeda funcional da Companhia. 2.3. Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia e suas controladas classificam nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cuja realização possa ocorrer em um prazo inferior a 90 dias. 2.4. Contas a receber: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente registradas a valor justo, e posteriormente ao custo amortizado, deduzidos de provisão para perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento. A provisão para perda de créditos esperados é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve ajuste a valor presente nas transações dos serviços prestados, por não serem relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras. 2.5. Estoque: Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia. 2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, se aplicável. 2.6.1. Impostos correntes: O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, tendo a sua apuração anual. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período do relatório. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. 2.6.2. Impostos diferidos: O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada exercício. 2.7. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. A Companhia não apresenta instrumentos de dívida que são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. 2.8. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada de perda por valor recuperável ("impairment"), se aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado. A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.9. "Impairment" (perda por valor recuperável): A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indício de que tais ativos

continua...

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 13/03/2025 | 01:27:19 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: BD6C40E2-7104-4C40-ADA8-6618CAAEE2EA

EIXO [SP]

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2024

sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor. Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.10. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras: Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Receita de contratos com clientes: (a) Receita de Pedágio e Receitas Acessórias: É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. (b) Receitas de Construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, e portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção. Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Custo de empréstimos: Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos. 2.11. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1): A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível, "O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada" e ainda "O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros". 2.12. Fornecedores e outras contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 2.14. Credor pela concessão: Representa os valores de ônus de fiscalização (1,5%) e ônus variável (7%), - ambos tendo como base de cálculo a receita bruta de pedágio mais receita acessória- a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais. 2.15. Provisões: Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. 2.16. Provisão para manutenção: Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias para mantê-las nos níveis preestabelecidos de utilização, conforme determinado pelo poder concedente. 2.17. Passivos financeiros e patrimônio líquido: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Instrumentos financeiros híbridos: O valor de opção de conversão de Debêntures em patrimônio líquido deve ser incluído no componente do passivo. A soma dos montantes atribuídos aos componentes do passivo e patrimônio líquido no reconhecimento inicial é sempre igual ao valor justo que seria atribuído ao instrumento como um todo. Nenhum ganho ou perda deve decorrer do reconhecimento inicial dos componentes do instrumento separadamente. O emissor de título conversível em ações ordinárias deve determinar primeiro o valor contábil do componente do passivo, mensurando o valor justo de passivo similar que não tenha um componente de patrimônio líquido associado. O valor contábil do instrumento patrimonial representado pela opção de conversão do instrumento em ações ordinárias deve ser, então, determinado pela dedução do valor justo do passivo financeiro do valor justo do instrumento financeiro composto como um todo. 2.18. Lucro básico e diluído por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. 2.19. Reconhecimento de receita: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. A receita é calculada de acordo com os valores estipulados pelo Poder Concedente, sendo o valor da Tarifa de Pedágio cobrado do usuário das rodovias de cada uma das praças de pedágio, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e as Receitas Acessórias de acordo com o serviço acessório que foi contratado. 2.20. Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. 2.21. Demonstração do valor adicionado - DVA: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as normas internacionais "IFRS Accounting Standards". A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. 2.22. Informação por segmento: Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de concessão de rodovias. 2.23. Normas contábeis novas e alteradas: 2.23.1. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente. No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às normas internacionais "IFRS Accounting Standards" emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pronunciamentos técnicos CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma Alterada ou nova norma	Assunto	Aplicável a períodos anuais com início em ou após:
CPC 26 (IAS 1)	Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS	01/01/2024
CPC 6 (R2) / IFRS 16	Arrendamentos	01/01/2024
CPC 3 (R2) / IAS 7 e CPC 40 (R1) / IFRS 7	Demonstração dos Fluxos de Caixa	01/01/2024

2.23.2. Normas contábeis novas e/ou revisadas emitidas e ainda não efetivas. Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 21/CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações estabelecem critérios para avaliar a conversibilidade de uma moeda e determinar a taxa de câmbio quando esta não for conversível. Considera-se conversível a moeda obtida dentro de um prazo razoável por meio de mercado ou câmbio com direitos exequíveis; caso contrário, é tratada como não conversível. Nesses casos, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista com base em valores de mercado, sem um método específico obrigatório. Além disso, exige-se a divulgação do impacto da não conversibilidade na posição financeira e nos fluxos de caixa. A IAS 21 recebeu um novo apêndice e exemplos ilustrativos, e a IFRS 1 foi ajustada para alinhamento com a norma revisada.	01/01/2025
Orientação Técnica OCPC 10 - Crédito de Carbono (tCO_2e), Permissões de Emissão ("Allowance") e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A Orientação Técnica OCPC 10 estabelece diretrizes contábeis para o tratamento de créditos de carbono (tCO e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) no mercado brasileiro. Seu objetivo é padronizar o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dessas transações, garantindo maior transparência e comparabilidade das informações financeiras. O OCPC 10 abrange tanto a originação e aquisição desses instrumentos para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) quanto a sua utilização para negociação no mercado. Além disso, define requisitos para a contabilização de passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou de compromissos não formalizados, conforme estabelecido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	01/01/2025
IFRS 18 /CPC 3 (R2). - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	As O IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras foi emitido pelo IASB em abril de 2024, substituindo o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 R1 no Brasil). Ele introduz novos requisitos para a demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. A norma exige que receitas e despesas sejam classificadas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras categorias são novas. Além disso, o IFRS 18 demanda a divulgação de medidas de desempenho baseadas nas funções identificadas das demonstrações financeiras principais e exige maior detalhamento nas notas explicativas. As mudanças incluem alterações no IAS 7 (CPC 03 R2), como a remoção da possibilidade de classificar certos fluxos de caixa como operacionais e a nova metodologia de alocação de fluxos relacionados a lucros ou prejuízos.	01/01/2027
IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Por meio da revisão pós-implementação do IFRS 9, o IASB identificou a necessidade de esclarecer requisitos relacionados à avaliação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, especialmente os critérios de "pagamentos exclusivamente de principal e juros" (SPPI). O objetivo principal é garantir uma aplicação mais consistente, especialmente para ativos financeiros vinculados a metas ESG (ambientais, sociais e de governança). Em maio de 2024, o IASB emitiu novos requisitos no IFRS 9 e IFRS 7, voltados para uniformizar as práticas contábeis de classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Essas alterações visam reduzir assimetrias na aplicação das normas e aumentar a transparência para investidores e demais usuários das demonstrações financeiras. As mudanças incluem diretrizes mais claras para a mensuração e classificação desses ativos, alinhando as práticas contábeis às necessidades de relatórios financeiros modernos e ao mercado crescente de ativos sustentáveis.	01/01/2026

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em exercícios futuros, mas podem exigir divulgações adicionais, principalmente no que se refere ao OCPC 10 - crédito de carbono, a partir de 2026, e mudanças na classificação de itens na demonstração do resultado, em decorrência do CPC 3 em 2027.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	4.721	5.722
Bancos	2.028	7.488
Aplicações financeiras (i)	406.266	549.006
Total (ii)	413.015	562.216

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar os compromissos assumidos com as obrigações de investimentos em intangível assumidas no contrato da concessão. (i) Aplicações financeiras realizadas em CDB com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI se manteve à taxa média de 100,5% em 31 de dezembro de 2024. (ii) Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo, bem como, investimentos em intangível previstos para os próximos 12 meses.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações vinculadas - Empréstimos BNDES	31.877	30.217
Aplicações vinculadas - Debêntures	14.255	13.126
Total	46.132	43.343
Circulante	20.210	18.534
Não circulante	25.922	24.809
	46.132	43.343

Conforme contrato, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento obtido junto ao BNDES e 2 contas para pagamento das debêntures, controladas diretamente pelo Banco Santander, e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo: BNDES: (a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga mensalmente, a partir de 15 de janeiro de 2025. (b) Reserva BNDES: conta específica para constituição de 3 parcelas adicionais que poderão ser utilizadas quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento. Debêntures: (a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga semestralmente. (b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento. A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo, portanto, as contas de reserva como não circulante. Aplicações financeiras vinculadas (CDBs) estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 95% em 31 de dezembro de 2024 e 100,5% em 31 de dezembro de 2023.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	31/12/2024	31/12/2023
Pedágio eletrônico a receber (*)	63.783	61.905
Receitas acessórias a receber	403	78
Total	64.186	61.983

(*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio, que serão recebidas das operadoras de serviço de arrecadação - "OSA". A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. O prazo médio de vencimento é de até 30 dias e estando todo seu montante como a vencer.

6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	31/12/2024	31/12/2023
Uniformes e EPIs	2.107	2.490
Manutenção civil e hidráulica	1.668	1.232
Outros	1.486	2.013
Total	5.261	5.735

Em 31 de dezembro de 2024, os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda diferido	45.599	48.060
Contribuição social diferida	16.415	17.303
Total	62.014	65.363
2024	-	9.758
2025	44.025	50.845
Após 2026	17.989	4.760
Total	62.014	65.363

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas ativas tem as seguintes origens:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	34.535	13.404
Provisão de fornecedores	17.318	23.931
Provisão para manutenção	201.472	226.997
Capitalização de juros	(73.483)	(76.566)
Provisão PLR	(3.212)	(292)
Base Negativa	(644)	-
Outras	6.408	4.769
Base de cálculo total	182.394	192.243
Taxa combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	62.014	65.363

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício: A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	61.747	129.086
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	(20.994)	(43.889)
Ajuste para alíquota efetiva:		
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:		
Capitalização e amortização de juros	(1.048)	(644)
Outras diferenças permanentes	1.755	722
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(20.287)	(43.811)
Impostos de renda e contribuição social corrente	(16.938)	(71.101)
Impostos de renda e contribuição social diferido	(3.349)	27.290
	(20.287)	(43.811)
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	32,86%	33,93%

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui Depósitos Judiciais de naturezas cíveis, trabalhistas e ações de desapropriação, classificados como perdas prováveis, conforme tabela abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Ações cíveis	74	51
Ações Trabalhistas	363	1.422
Ações de desapropriação (a)	24.269	17.633
Total	24.706	19.106

(a) As ações judiciais são provenientes de seus investimentos em ampliação (SP 294: duplicação rodovia, construção de vias marginais e de pontes), edificação de postos de Serviços de Atendimento aos Usuários - "SAUs", área de descanso para caminhoneiros e Posto Geral de Fiscalização - "PGFs", onde após a decisão das ações judiciais será reconhecido como ativo intangível.

9. IMOBILIZADO

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões (a)	Edifícios	Outros	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.907	35.985	5.345	336	468	65.168	2.669	1.113	112.991
Adições	504	5.119	1.118	18	163	1.367	5.283	620	14.192
Baixas	(25)	(60)	-	(254)	-	(2.945)	-	(1)	(3.285)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.386	41.044	6.463	100	631	63.590	7.952	1.732	123.898
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(264)	(4.753)	(3.121)	(229)	(88)	(27.036)	(15)	(290)	(35.796)
Adições	(285)	(3.314)	(931)	(32)	(54)	(6.314)	(201)	(680)	(11.811)
Baixas	25	58	-	255	-	2.515	-	1	2.854
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(524)	(8.009)	(4.052)	(6)	(142)	(30.835)	(216)	(969)	(44.753)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.862	33.035	2.411	94	489	32.755	7.736	763	79.145
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	10	25	10	
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	767	14.397	5.117	331	468	64.747	-	970	86.797
Adições	1.140	21.588	228	5	-	421	2.669	143	26.194
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.907	35.985	5.345	336	468	65.168	2.669	1.113	112.991
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(157)	(2.421)	(2.093)	(163)	(41)	(11.863)	-	(175)	(16.913)
Adições	(107)	(2.332)	(1.028)	(66)	(47)	(15.173)	(15)	(115)	(18.883)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(264)	(4.753)	(3.121)	(229)	(88)	(27.036)	(15)	(290)	(35.796)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.643	31.232	2.224	107	380	38.132	2.654	823	77.195
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	25	10	

(a) Baixas realizadas em função da venda de caminhões (R$2.515) vide nota explicativa nº 18.

continua...

DocuSigned by
Estadão
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 13/03/2025 | 01:27:25 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: BD6C40E2-7104-4C40-ADA8-6618CAAEE2EA

EIXO [SP]

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2024

Em 31 de dezembro de 2024, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para "impairment" dos ativos imobilizados em relação a análise de "impairment" realizada em 31 de dezembro de 2024. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

10. INTANGÍVEL

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (i)	Contrato de Concessão-Outorga (i e ii)	Software	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	402.103	1.787.075	1.136.335	5.334	3.330.847
Adições (b)	387.425	129.724	-	2.009	519.158
Baixas (d)	-	(241)	-	-	(241)
Transferências	(365.119)	365.119	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	424.409	2.281.677	1.136.335	7.343	3.849.764
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(246.587)	(135.727)	(375)	(382.689)
Adições	-	(127.055)	(37.877)	(236)	(165.168)
Baixas	-	19	-	-	19
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(373.623)	(173.604)	(611)	(547.838)
Intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	424.409	1.908.054	962.731	6.732	3.301.926
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (i)	Contrato de Concessão-Outorga (i e ii)	Software	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	158.304	1.519.095	1.136.335	3.104	2.816.838
Adições (b)	287.455	224.346	-	2.208	514.009
Transferências	(43.656)	43.634	-	22	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	402.103	1.787.075	1.136.335	5.334	3.330.847
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(138.901)	(97.849)	(246)	(236.996)
Adições	-	(107.686)	(37.878)	(129)	(145.693)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(246.587)	(135.727)	(375)	(382.689)
Intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	402.103	1.540.488	1.000.608	4.959	2.948.158
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	

(a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da vida útil ou prazo remanescente da concessão, dos dois o menor, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo remanescente da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. (b) As principais adições do exercício estão representadas pela duplicação da SP 294, implantação de dispositivos de contenção viária, vias marginais, terceiras faixas, edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiro, PGFs, parada de ônibus, equipamentos de tecnologia, entre outros. (c) Em 2024 não houve capitalização de custos de empréstimos. (d) Baixa realizada em função da venda de um caminhão (R$236) vide nota explicativa nº 18 Adicionalmente foram baixados (R$5), referentes a equipamentos de conservação rotineira, considerados inservíveis. (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga. (ii) Vide nota explicativa nº 1. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais "IFRS Accounting Standards", os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para "impairment" dos ativos imobilizados em relação a análise de "impairment" realizada em 31 de dezembro de 2024.

11. DIREITO DE USO

	Saldo em 31/12/2023	Adições e atualizações contratuais	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Equipamentos operacionais	1.243	158	-	(490)	911
Instalações e edificações	2.511	1.397	-	(1.826)	2.082
Veículos	6.460	14.200	(2.462)	(6.603)	11.595
Total	10.214	15.755	(2.462)	(8.919)	14.588

	Saldo em 31/12/2022	Adições e atualizações contratuais	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Equipamentos operacionais	748	1.102	-	(607)	1.243
Instalações e edificações	1.864	3.249	(1.270)	(1.332)	2.511
Veículos	4.270	7.235	-	(5.045)	6.460
Total	6.882	11.586	(1.270)	(6.984)	10.214

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle. Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média real de 6,09% a.a., pois os contratos de arrendamento são corrigidos pela inflação. A taxa real é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia. Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social). (a) As adições referem-se à substituição parcial da frota de veículos operacionais e administrativos realizando, da qual a Companhia realizou a contemplação de novos contratos de arrendamentos.

12. FORNECEDORES

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores - Obras (intangível)	62.765	65.555
Fornecedores - Imobilizado	537	68
Fornecedores - Serviços	25.990	22.090
Total	89.292	87.713

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor das notas promissórias e BNDES, ambos reduzido dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a seguir:

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Saldo em 31/12/2024
BNDES	IPCA	5,21%	1.042.094	-	108.039	(56.294)	1.093.839
Total			1.042.094	-	108.039	(56.294)	1.093.839

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Saldo em 31/12/2023
BNDES	IPCA	5,21%	687.575	300.000	101.338	(46.819)	1.042.094
Total			687.575	300.000	101.338	(46.819)	1.042.094

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	33.705	2.158
Não circulante	1.060.134	1.039.936

(i) O contrato de financiamento firmado com o BNDES encontra-se em período de carência, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros. a) Financiamento BNDES: Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de: • Subcréditos "A", "B", "C" e "D": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a. • Subcrédito "E": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a. O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos: • Subcréditos "A" e "B": até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R$1.300.000. A Companhia obteve liberações parciais dos subcréditos "A" e "B", no montante total de R$950.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021, 29 de novembro de 2021 e 30 de maio de 2023. • Subcrédito "C": até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R$1.100.000. • Subcréditos "D" e "E": até 22 de junho de 2029, cujo montante do crédito é de R$600.000. O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de: • Subcréditos "A", "B" e "C": carência até 15/01/2025. Após a carência a amortização se dará em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045. • Subcrédito "D" e "E": carência até 15/01/2027. Após a carência a amortização se dará em 221 prestações, iniciando em 15/01/2027 e terminando em 15/05/2045. No período de carência o pagamento dos juros será realizado trimestralmente. Não há cláusulas restritivas ("covenants") financeiros sobre o financiamento. As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de: (i) Instauração de processo de caducidade, anulação, relicitação ou rescisão do contrato de concessão. (ii) Celebração de aditivo aos contratos da concessão, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações, sem anuência prévia do BNDES. (iii) Descumprimento das seguintes obrigações contratuais: 1. Contratação e manutenção dos seguros exigidos no plano de seguros previsto no contrato de concessão, 2. Contratação e manutenção integral da garantia de execução contratual, 3. Pagamento de outorgas e taxas da ARTESP. (iv) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores. (v) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência. (vi) Ocorrência de declaração de vencimento antecipado das debêntures autorizadas ou qualquer outra dívida tomada. (vii) Inadimplemento das dívidas celebradas com o BNDES. (viii) Não substituição das fianças bancárias. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados. O contrato de financiamento prevê que para a conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado "completion" dos subcréditos A e B) a EIXO SP deve, dentre outras obrigações ter apurado (i) EBITDA Ajustado em 31/12/2022 de no mínimo R$435.000 e (ii) soma dos EBITDAS Ajustados desde o início de sua operação até a data de apuração somado aos valores de capital social integralizado de no mínimo R$1.770.000, ambos valores na data-base de 31 de dezembro de 2020. A Companhia atendeu as obrigações pactuadas com o BNDES para obtenção da conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado ("completion" dos subcréditos A e B).

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures (com partes relacionadas e BNDES) em 31 de dezembro de 2024 é:

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Saldo em 31/12/2024
Partes relacionadas (ii)			637.825	-	62.583	-	700.408
BNDES (ii)	IPCA	5,05%	405.797	-	41.617	(21.179)	426.235
Total			1.043.622	-	104.200	(21.179)	1.126.643

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Saldo em 31/12/2023
Partes relacionadas (ii)			581.694	-	56.131	-	637.825
BNDES (ii)	IPCA	5,05%	384.058	-	41.942	(20.203)	405.797
Total			965.752	-	98.073	(20.203)	1.043.622

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	12.372	722
Não circulante	1.114.271	1.042.900

(i) As debêntures com o BNDES encontram-se em período de carência, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros. (ii) As debêntures não possuem "covenants" financeiro. a) Debêntures com Partes Relacionadas: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476. A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debentures convertidas. As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R$490.702 (R$285.000 em janeiro e R$205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária. As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação. As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional. b) Debêntures BNDES: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476. As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R$350.000, através de transferência bancária. As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação. As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras. Não há cláusulas restritivas ("covenants") financeiros sobre as debêntures.

15. CREDOR PELA CONCESSÃO

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente. A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente - "ACDUF" corresponde à devolução de 75% da outorga variável I do contrato de concessão.

	31/12/2024	31/12/2023
Ônus de fiscalização	1.750	1.528
Outorga variável	11.078	9.350
Antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente (i)	65.990	42.381
Reequilíbrio cautelar COVID (iii)	164.533	-
Readequação do Pavimento do Sistema Remanescente (ii)	5.128	137.544
Total	248.479	190.803

(i) O contrato de concessão prevê desconto aos usuários frequentes, sendo que tais descontos são compensados com parte da outorga variável a título de reequilíbrio antecipado do Desconto do Usuário Frequente - "ACDUF". Considerando a apuração mensal é realizada com base em estimativa e não nos valores reais, assim que concluído o processo administrativo junto à ARTESP providenciaremos a devolução do montante reequilibrado a maior. (ii) Em 5 de maio de 2023 a Companhia recebeu do poder concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R$248.034 para recuperação do pavimento das rodovias SP225 e SP310 (sistema remanescente) e o saldo será realizado mediante desembolso de caixa, não há impactos no resultado decorrente desta operação. Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia já havia consumido o montante de R$242.906 da importância recebida de forma antecipada, restando o saldo remanescente de R$5.128 (iii) A companhia recebeu, de forma cautelar, no dia 3 de junho de 2024, a importância de R$164.533 referente à 80% do reequilíbrio contratual referente às perdas de receita de pedágio pelos fatores da pandemia COVID e está aguardando os cálculos definitivos do desequilíbrio para correta alocação da importância recebida.

16. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e honorários	747	888
Encargos sociais e previdenciários	3.159	3.250
Provisão de férias	10.403	10.370
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	6.988	7.785
Total	21.297	22.293

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31/12/2024	31/12/2023
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.441	4.164
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.570	15.204
Imposto Sobre Serviços - ISS	5.244	4.376
Impostos federais terceiros	748	1.082
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	1.155	1.249
Imposto Sobre Serviços - ISS terceiros	1.435	1.787
Total	13.593	27.862

18. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

		31/12/2024	
Partes relacionadas (*)	Transação (**)	Ativo circulante	Passivo circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de fibra	48	1
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de torres	757	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
Pátria Infraestrutura V Master	Reembolso de despesas	18	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de serviços (a)	47	820
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. (***)	Reembolso de despesas	65	216
Saldo em 31/12/2024		1.006	1.037

		31/12/2023	
Partes relacionadas (*)	Transação (**)	Ativo circulante	Passivo circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de fibra	13	45
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de torres	153	11
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	Compartilhamento de despesas	281	-
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	Compartilhamento de despesas	1	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de serviços (a)	22	1.890
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	Reembolso de despesas	-	208
Saldo em 31/12/2023		541	2.154

	Resultado	
Partes relacionadas (*)	31/12/2024	31/12/2023
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	124	53
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	234	8
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	-	280
Winity S.A.	-	(583)
Pátria Infraestrutura V Master	18	-
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	(12.330)	(13.335)
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	2.928	-
	(9.026)	(13.577)

(a) Prestação de serviços para atividades contábeis e fiscais, financeiras, "supply chain", administração de pessoal, seguros, entre outras. (*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor e IBH I Serviços e Participações S.A. (**) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. (***) A Companhia efetuou a venda de caminhões para a Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A., com recebimento de R$4.033, via transferência bancária no dia 30 de abril de 2024.

Remuneração dos Administradores: Em 30 de abril de 2024, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2024 em até R$10.000, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). Durante 2024, foram pagos R$9.299 (R$8.433 em 31 de dezembro de 2023) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros. Debêntures: As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 14, alínea a), foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - 70% do montante total captado; e (ii) Warrington Investment Pte. Ltd. ("GIC Group") - 30% do montante total captado. Destacamos o resultado de juros em relação as debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 14 com efeito no resultado no montante de R$62.583. Passivo de arrendamento: No passivo de arrendamento foi adicionado o contrato da EVM Evolution Mobility S.A., que tem por objeto locação de veículos elétricos, com 8 anos de duração. A contratada é parte relacionada e movimentou o montante de R$1.180, no ano de 2024.

19. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Política contábil: A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido. Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil estimada do bem ou prazo de vigência do contrato, dos 2 o menor, e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, se aplicável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia. Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

b) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	9.625	6.507
Adições e atualizações contratuais (a)	15.755	11.586
Baixas de contrato	(2.462)	(1.270)
Juros provisionados	1.577	464
Pagamento de juros	(1.577)	(464)
Pagamento de principal	(7.696)	(7.198)
Total	15.222	9.625
Circulante	5.856	5.436
Não circulante	9.366	4.189

continua...

DocuSigned by
Estadao
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 13/03/2025 | 01:27:31 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: BD6C40E2-7104-4C40-ADA8-6618CAAEE2EA

EIXO [SP]

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2024

A realização da parcela não circulante do arrendamento dar-se-á da seguinte forma:

2025	-	2.074
2026	3.133	808
2027	2.133	489
2028 em diante	7.283	1.954
Total	12.549	5.325
Ajuste a valor presente	(3.183)	(1.136)
Passivo de arrendamento	9.366	4.189

(a) As adições referem-se à substituição parcial da frota de veículos operacionais e administrativos, da qual a Companhia realizou a contemplação de novos contratos de arrendamentos.

	Adoção Inicial	Dez. 2022	Dez. 2023	Dez. 2024	Dez. 2025	Dez. 2026 em diante
IPCA					4,96%	4,01%
Ativo de arrendamento (i)						
Balanço patrimonial	19.588	6.882	10.214	14.588	8.405	-
Fluxo com projeção	19.588	6.882	10.214	14.588	8.822	-
Passivo de arrendamento (ii)						
Balanço patrimonial	19.588	6.507	9.625	15.222	9.373	-
Fluxo com projeção	19.588	6.953	9.625	15.222	9.838	-
Despesas financeiras (ii)						
Balanço patrimonial		638	464	1.577	1.296	3.183
Fluxo com projeção		638	464	1.577	1.360	3.310
Despesas de amortização (i)						
Balanço patrimonial		7.148	6.984	8.919	6.184	8.405
Fluxo com projeção		7.148	6.984	8.919	6.490	8.742

(i) Apresentamos a evolução do ativo de arrendamento no qual podemos notar o impacto da realização esperada para ele através das despesas de amortização. (ii) Temos a evolução do passivo de arrendamento, que sofre impactos das despesas financeiras e sua realização ocorrerá através do recebimento das devidas faturas.

20. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,35% ao ano, correspondente a taxa de retorno do contrato de concessão. Os valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média, a cada oito anos.

Mapa movimentação	Saldo em 31/12/2023	Adição	Consumo	Saldo em 31/12/2024
Provisão para manutenção	241.445	120.574	(161.663)	200.356
AVP	(14.448)	15.564	-	1.116
	226.997	136.138	(161.663)	201.472

Mapa movimentação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Consumo	Saldo em 31/12/2023
Provisão para manutenção	198.989	100.848	(58.392)	241.445
AVP	(21.904)	7.456	-	(14.448)
	177.085	108.304	(58.392)	226.997

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	117.766	139.515
Não circulante	83.706	87.482

(a) A atualização pela inflação é realizada sobre o montante histórico e acumulado da provisão constituída.

21. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Provável: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui processos de natureza cível classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para riscos trabalhistas	2.458	3.171
Provisão para riscos cíveis (ii)	28.004	11.711
Total	30.462	14.882
Mapa movimentação		
Saldo inicial	14.882	9.058
Adições (i)	12.045	5.865
Baixas	(4.225)	(2.161)
Atualização monetária	7.760	2.120
Saldo final	30.462	14.882

(i) As adições ocorridas no exercício de 2024 possuem natureza cível (R$10.946) tendo como principais motivos objetos e animais na pista, enquanto as adições de natureza trabalhista (R$1.099) em sua maioria, provenientes de reclamação trabalhista dos prestadores de serviços, nos quais a Companhia encontra-se em posição de corresponsável. (ii) Importante destacar que a Companhia possui cobertura de seguros para tais contingências, e o processo de regulação está em andamento. O montante do provável reembolso, referente à essas contingências, é de R$16.660. Caso haja uma eventual condenação, a Companhia poderá ser reembolsada, conforme o andamento e a resolução do processo de regulação dos seguros. O valor do reembolso dependerá da análise e aprovação das seguradoras, sendo este um fator relevante a ser considerado na gestão do risco e da provisão registrada. A Companhia continuará acompanhando de perto a evolução dos processos e as etapas da regulação dos seguros, garantindo que todas as ações necessárias sejam tomadas para o adequado cumprimento de suas obrigações, caso sejam necessárias.

b) Possível: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui processos de natureza cível no montante de R$24.532 (R$11.836 em 31 de dezembro de 2023) e trabalhistas no montante de R$21.336 (R$10.300 em 31 de dezembro de 2023) classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões. Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito é de R$1.400.000, sendo integralizado R$969.857 (R$969.857 em 31 de dezembro de 2023), representado por 969.857.000 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	969.857.000	100

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas: De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2024, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	41.460	83.041
(-) Constituição de reserva legal	(2.073)	(4.152)
(=) Lucro líquido ajustado	39.387	78.889
Dividendos mínimos obrigatórios	394	789

c) Reserva Legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. Eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores. Em 31 de dezembro de 2024 foi constituída reserva legal de R$2.073. Em 31 de dezembro de 2023 a constituição da reserva legal foi de R$4.152. d) Reserva de retenção de lucros: A reserva de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com objetivo à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos previstos no contrato de concessão e financiar o capital de giro da Companhia. Eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores. Em 31 de dezembro de 2024 foi adicionada à reserva de retenção de lucros no montante de R$38.993. Em 31 de dezembro de 2023, a constituição realizada foi de R$78.100.

23. RECEITAS

Estão representadas por:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita com arrecadação de pedágio (a)	1.044.239	997.181
Receitas com construção	422.487	466.433
Receita acessória (b)	4.662	4.638
Receita bruta	1.471.388	1.468.252
Deduções da receita	(91.744)	(86.153)
Receita líquida	1.379.644	1.382.099

(a) A partir de 4 de junho de 2024 houve reajuste das tarifas de pedágio de acordo com a inflação acumulada (IPCA) em 3,69%. (b) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros.

	31/12/2024	31/12/2023
Base de cálculo de impostos		
Receitas com serviços	1.048.901	1.001.819
Deduções		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(31.687)	(30.057)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(6.865)	(6.512)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	(53.192)	(49.584)
	(91.744)	(86.153)

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2024	31/12/2023
Custo dos serviços prestados:		
Custo de obra	(422.487)	(466.433)
Provisão para manutenção (a)	(120.573)	(100.849)
Pessoal	(96.688)	(86.279)
Conservação e manutenção	(59.725)	(46.846)
Serviços de terceiros (b)	(47.803)	(47.425)
Seguros	(7.177)	(6.234)
Depreciações e amortizações	(181.337)	(169.001)
Poder concedente (c)	(89.490)	(84.694)
Locações de imóveis e máquinas	(1.893)	(4.007)
Outras despesas operacionais	(18.704)	(13.197)
Total	(1.045.877)	(1.024.965)

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas administrativas:		
Provisão para riscos e despesas processuais	(13.359)	(5.982)
Pessoal	(23.624)	(22.604)
Conservação e manutenção	(1.247)	(1.152)
Serviços de terceiros	(18.509)	(17.845)
Depreciações e amortizações	(2.216)	(2.559)
Locações de imóveis e máquinas	(136)	(24)
Outras despesas operacionais	(3.282)	(2.771)
Total	(62.373)	(52.937)

(a) A Constituição de provisão para manutenção deu-se após a conclusão dos Trabalhos Iniciais (Programa Intensivo Inicial - PII). (b) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros. (c) A base de cálculo e taxas estão evidenciados na nota explicativa nº 15.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:		
Provisão para manutenção - AVP	310	3.253
Receita de aplicações financeiras	56.081	70.628
Outros	890	1.547
Total	57.281	75.428
Despesas financeiras:		
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(211.058)	(180.174)
Provisão para manutenção - AVP	(15.874)	(10.709)
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(1.181)	(19.237)
Juros de arrendamento	(1.577)	(464)
Despesas bancárias	(31.106)	(36.254)
Atualização processos judiciais	(7.760)	(2.120)
Outras despesas financeiras	(3.052)	(4.193)
Total	(271.608)	(253.151)
Resultado financeiro líquido	(214.307)	(177.723)

26. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 41 (norma internacional IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro básico/diluído por ação		
Lucro líquido do período	41.460	83.041
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	969.857	969.857
Lucro básico	0,043	0,086
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures	69.173	65.965
Lucro diluído	0,040	0,080

O efeito do potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures com partes relacionas emitidas em 2021, vide nota explicativa nº 14.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. Risco de mercado: a) Exposição a riscos cambiais A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. b) Exposição a riscos de taxas de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. *Considerações gerais*: • Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. • Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. • BNDES FINEM: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. • As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2024, conforme quadro a seguir: *Índice de endividamento*: Os índices de endividamento são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Dívida (i)	2.241.481	2.107.895
Caixa e equivalentes de caixa	(413.015)	(562.216)
Aplicações financeiras vinculadas	(46.132)	(43.343)
Dívida líquida	1.782.334	1.502.336
Patrimônio líquido (ii)	1.177.794	1.136.728
Índice de endividamento líquido	1,51	1,32

(i) A dívida é definida por empréstimos e financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação de R$16.545 para empréstimos e financiamentos e de R$4.454 para debêntures em 31 de dezembro de 2024 e de R$17.353 para empréstimos e financiamentos e de R$4.826 para debêntures em 31 de dezembro de 2023), respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 13 e nº 14. (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia. • As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme quadro a seguir:

		31/12/2024	31/12/2023
Ativos:			
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	413.015	562.216
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Custo amortizado	46.132	43.343
Contas a receber	Custo amortizado	64.186	61.983
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado	1.006	541
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	89.292	87.713
Empréstimos e financiamentos (iii e iv)	Custo amortizado	1.110.384	1.059.447
Debêntures (v)	Custo amortizado	430.640	410.571
Debêntures - partes relacionadas (vi)	Custo amortizado	700.457	637.877
Credor pela concessão	Custo amortizado	248.479	190.803
Partes relacionadas	Custo amortizado	1.037	2.154

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos: (i) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial. (ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia. (iii) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis. Os valores apresentados não consideram o saldo de custo de captação para cada uma das operações. (iv) O saldo referente ao custo de captação é de R$16.545 em 31 de dezembro de 2024 e de R$17.353 em 31 de dezembro de 2023. (v) O saldo referente ao custo de captação é de R$4.405 em 31 de dezembro de 2024 e de R$4.774 em 31 de dezembro de 2023. (vi) O saldo referente ao custo de captação é de R$49 em 31 de dezembro de 2024 e de R$52 em 31 de dezembro de 2023. c) Risco de crédito: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam "ratings" AAA, baseado nas avaliações das principais agências de "rating". d) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2025	2026	2027	2028 em diante
1ª Emissão de debêntures - conversíveis em ações	9,77%	490.297	3.798.865	-	-	-	3.798.865
1ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	9,77%	210.159	1.628.333	-	-	-	1.628.333
2ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	IPCA + 5,05%	430.641	742.264	34.135	35.239	36.159	636.731
Financiamento BNDES	IPCA + 5,21%	1.110.384	2.992.866	89.675	93.500	98.232	2.711.459
		2.241.481	9.162.328	123.810	128.739	134.391	8.775.388

e) Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES - FINEM contratado pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente:

Operação	Risco	Saldo 31/12/2024	Cenário I - provável	Desvalorização (R$) Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Equivalentes de caixa	CDI	413.015	50.181	37.667	25.111
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	46.132	5.605	4.207	2.805

Operação	Risco	Saldo 31/12/2024	Cenário I - provável	Valorização (R$) Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Correção monetária sobre Debêntures BNDES	Aumento do IPCA	430.640	20.800	26.000	31.200
Correção monetária sobre BNDES FINEM	Aumento do IPCA	1.110.384	53.632	67.039	80.447

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Cenário I - provável	Valorização Cenário II - 25%	Valorização Cenário III - 50%	Desvalorização Cenário II - 25%	Desvalorização Cenário III - 50%
CDI (a)	12,15%	-	-	9,12%	6,08%
IPCA (b)	4,83%	6,04%	7,25%	3,62%	2,42%

(a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2024. Fonte de informação - "site" da B3: https://www.b3.com.br/pt_br/, acessado em 24 de janeiro de 2025. (b) Refere-se à expectativa de mercado para taxa IPCA para o ano de 2024. Fonte de informação - "site" do BACEN: www.bcb.gov.br - FOCUS - Relatório de Mercado de 27 de dezembro de 2024.

28. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. Em 31 de dezembro de 2024, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2025
Riscos nomeados e operacionais	219.000	Até julho de 2025
Equipamentos	49.650	Até julho de 2025
Veículos - frota	98.481	Até julho de 2025
D&O	50.000	Até agosto de 2025
Risco de engenharia	688.515	Até junho de 2026
Seguro garantia	1.808.217	Até junho de 2025
Fiança Locatícia	1.084	Até outubro de 2029
Seguro patrimonial	42.220	Até setembro de 2025
Garantia judicial	13.043	Até agosto de 2029

29. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No exercício de 2025, a Companhia deverá investir aproximadamente R$1 bilhão de reais, a fim de cumprir as obrigações contratuais da concessão. Os investimentos previstos para 2025 estão representados principalmente pela duplicação da SP 294, da recuperação de pavimento, implantação de dispositivos de contenção viária, vias marginais, edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiro, PGFs, parada de ônibus, equipamentos e tecnologia, entre outros. O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de R$14,1 bilhões - ao longo dos 30 anos (base junho/2020) - em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R$2,7 bilhões. Assumimos contratualmente o compromisso de neutralizar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), calculadas em carbono equivalente (CO_2e), proveniente das atividades de operação da concessionária, no sistema rodoviário. A Companhia contrata anualmente empresa especializada, denominada Organismo de Verificação, para realizar o inventário e quantificar as emissões de GEE, de acordo com as Especificações de Verificação do Programa Brasileiro GHG Protocol, norma ABNT NBR ISO 14064-3:2007 e Contrato de Concessão. O relatório emitido pelo Organismo de Verificação referente ao período de 2020 a 2023 totaliza 10,4 mil toneladas de CO_2e. No ano de 2024 a estimativa de emissões é de 1,9 mil toneladas de CO_2e, totalizando neste período 12,3 mil toneladas de CO_2e. Em função deste levantamento a Companhia provisionou contabilmente R$261 para realizar a compra de créditos no ano de 2025. A Companhia realiza anualmente o inventário com a finalidade quantificar as emissões relativas às atividades de operação a serem neutralizadas e as compensações deverão ser executadas quinquenalmente (junho de 2025), consolidando as demandas indicadas nos inventários anuais para promover as medidas compensatórias.

30. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Reconhecimento do Direito de uso, pronunciamento técnico CPC 6 (R2)	11	15.755	11.586
Receita de construção	23	422.487	466.433
Custo de construção	24	(422.487)	(466.433)
Fornecedores aquisição de intangível (a)	10/12	2.790	(30.996)
Depreciação usinas de asfalto (b)	10	(2.345)	-
Aquisição de imobilizado (a)	9	(468)	688

(a) Valores pagos/creditados no exercício referente aquisição de períodos anteriores e que conciliam com aquisição de imobilizado e intangível do período. (b) Depreciação de máquinas e equipamentos das usinas de asfalto que produziram CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente para aplicação no intangível.

31. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 3 de janeiro de 2025, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital de R$207.727, com o saldo da reserva de lucros acumulados até 30 de novembro de 2024, como capital social da Companhia. Desta forma, o capital social, parcialmente integralizado, no montante de R$969.857, passará a ser de R$1.177.584.

32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 27 de fevereiro de 2025, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

A DIRETORIA

CONTADOR: **Daniel Rodrigo Lavorini - Controller** - CRC 1SP241985/O-5

continua...

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 8542304772
Data/Hora da Assinatura: 13/03/2025 | 01:27:38 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: BD6C40E2-7104-4C40-ADA8-6618CAAEE2EA

EIXO [SP]

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2024

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

Por que é um PAA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, julgamos que a avaliação do reconhecimento de receita foi importante para avaliar os possíveis impactos na operação da Companhia.

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias.

O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, que pode ocorrer manualmente (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e por meios automáticos, através de sensores instalados por terceiros.

Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes para o reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro da receita de arrecadação de pedágio, incluíram, entre outros: (i) o entendimento do desenho dos controles internos automáticos e manuais; (ii) a obtenção de confirmação das operadoras de arrecadação automática, para confirmação da receita anual; e (iii) a realização de uma expectativa independente, para avaliar a razoabilidade do montante de receita reconhecida no exercício. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos que a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras em conjunto.

Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões

Por que é um PAA

Os contratos de concessões rodoviárias representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e os montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas nº 10 e nº 2.10 às demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de julgamentos e da manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, a fim de concluir se os critérios de capitalização foram ou não atendidos. Tais julgamentos são relacionados à interpretação da Companhia na definição de gastos capitalizáveis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro e controle desses ativos, incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões; (ii) o entendimento do desenho dos controles internos para capitalização de gastos; (iii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, e confronto com os contratos de prestações de serviços, notas fiscais relacionadas, e/ou outras documentações aplicáveis; (iv) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nas normas aplicáveis; e (v) avaliação da consistência das informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Como resultado da execução destes procedimentos, foram identificados ajustes, sobre a razoabilidade da capitalização de alguns gastos efetuados durante o exercício, decorrentes de deficiências de controles internos relacionadas à necessidade de aperfeiçoamento no processo de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que nos levaram a ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. Tais situações foram comunicadas à Administração, que, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar esses ajustes por terem sido considerados imateriais.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, entendemos que os critérios adotados pela Administração para determinação da capitalização desses gastos e as respectivas divulgações são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Tarcisio Luiz dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 207626/O-0

DocuSigned by
Estadao
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 13/03/2025 | 01:27:45 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/